

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/6806	10368/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - CPE.17.23.DMOSM: Correção de Patologias e Promoção de Acessibilidades no Museu dos Biscaínhos - Reposição do Equilíbrio Financeiro do Contrato		
Unidade Administrativa		
DOM - DGE [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

CPE.17.23.DMOSM - Correção de Patologias e Promoção de Acessibilidades no Museu dos Biscaínhos - Reposição do Equilíbrio Financeiro do Contrato

Propõe-se a aprovação, pela Câmara Municipal, do valor de 2.540,40€, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, a título de indemnização devida à prorrogação de prazo de 60 dias aprovada em 20/12/2024, com vista à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, nos termos do previsto nos artigo 282º e 354º do CCP, para o que foram previamente emitidos o cabimento e compromisso, tudo conforme os documentos que se anexam.

- Anexos:
- 1- Informação técnica;
 - 2- Cabimento;
 - 3- Compromisso.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1/1)
Presidente da Câmara Municipal
Data: 17/12/2025
HASH: 727a7aeef1a280377f3c4e6e9c031f9



Código Validação: 3YPPNH4QRW3X6Y4P6J39XK4LH
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 1 / 1



Data: 20/12/2024

Nº Processo: 5409/2024

**Processo: Gestão de empreitadas - (2024/300.10.001/19) - CPE.17.23.DMOSM:
Correção de Patologias e Promoção de Acessibilidades no Museu dos Biscaínhos –
Resposta ao pedido de reposição do equilíbrio financeiro e prorrogação de prazo.**

Remete-se, em anexo, informação técnica com análise ao pedido de reposição do equilíbrio financeiro e à prorrogação de prazo, apresentado pela empresa Augusto de Oliveira Ferreira, Lda., relativo à empreitada em assunto.

À consideração superior.



Processo Obra: Gestiona: 5409/2024 - (2024/300.10.001/19)

Empreitada: CTPV.17.23.DMOSM: Correção de Patologias e Promoção de Acessibilidades no Museu dos Biscainhos

Requerente: Augusto de Oliveira Ferreira, Lda.

Registo de entrada do pedido: 2024-E-RC-8020

Assunto: Contrato de Empreitada de Correção de Patologias e Promoção de Acessibilidades no Museu dos Biscainhos - Reposição do Equilíbrio Económico Financeiro do Contrato.

Enquadramento:

Prazo: 270 dias

Valor do contrato inicial: 346.485,98€

Órgão competente: Presidente da Câmara, no uso de competência delegada pela Câmara Municipal

Data de consignação: 04/04/2024

Aprovação Plano de Segurança e Saúde (PSS): 21/03/2024

Data prevista para conclusão da obra: 30/12/2024

PEDIDO APRESENTADO:

A entidade executante da empreitada “Correção de Patologias e Promoção de Acessibilidades no Museu dos Biscainhos”, apresentou um pedido de **reposição do equilíbrio financeiro do contrato da empreitada e de prorrogação de prazo**, motivado pelo seguinte:

- i) Suspensão dos trabalhos relativos à plataforma elevatória para avaliar a possibilidade de alteração da plataforma;
- ii) Estudo de alterações a efetuar nas rampas e consequentemente nas portas de vidro de acesso ao edifício;
- iii) Estudo de alterações da rede ITED, que teve que ser interrompida devido a indecisões relativas à manutenção do valor patrimonial do edifício.

Assim, a **Entidade Executante (EE)** veio requerer o seguinte:

a. Sobrecustos:

i. Estaleiro: 42,34 €/dia;

ii. Agravamento das condições de execuções (decorrentes da remobilização das equipas): 2530,00 €.

b. Prorrogação do prazo: 90 dias.



ANÁLISE:

Analisada a pretensão da empresa **Augusto de Oliveira Ferreira, Lda.**, cumpre-me informar o seguinte:

A reposição do equilíbrio financeiro do contrato, tratado de forma ampla e abrangente no artigo 282.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), mas de forma particular para as empreitadas de obras públicas no artigo 354.º, é um instituto destinado a assegurar ao cocontratante particular o respeito da equação económico-financeira subjacente à base contratual, sempre que a mesma tenha sido desequilibrada.

Em análise ao ponto i) **“...suspensão relativos à plataforma elevatória...”** de facto a partir do dia 1 de outubro de 2024 até 8 de novembro, as operações relacionadas com a plataforma elevatória estiveram suspensas, uma vez que a entidade gestora do bem, a Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. (MMP, EPE) informou que desconhecia que a plataforma elevatória iria até ao 3.º piso da torre, mostrando-se desfavorável que se interviesse na torre do séc. XVII para a sua colocação, tentando junto do Património Cultural, I.P. (PC, IP), Projetista e Dono de Obra, que tal não se concretizasse.

A decisão final, depois das várias reuniões com responsáveis do Património Cultural, I.P. (PC, IP) e da Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. (MMP, EPE), foi a de manter o que estava previsto em contrato, tendo a Entidade Executante sido informada em 8 de novembro.

Relativamente ao ponto ii) **“...alterações a efetuar nas rampas e consequentemente nas portas de vidro de acesso ao edifício...”**, estas surgiram após parecer sobre o Projeto de Acessibilidades, elaborado pelo Arq.º João Herdade, (arquiteto da Direção de Espaços da MMP, EPE), a 16 de setembro.

A definição final das rampas foi enviado a 05 de novembro para a EE. No entanto, pela análise ao plano de trabalhos e ao Caminho Crítico (CC) do Plano de Trabalhos (PT) da empreitada as atividades referidas totalizam 20 dias de execução, não tendo atualmente implicações no Caminho Crítico dado não existirem atividades subsequentes dependentes destas.

Quanto ao ponto iii) **“...estudo de alterações da rede ITED...”**, a interrupção dos trabalhos aconteceu a 12 de novembro, altura em que se dava início aos trabalhos ITED na Ala Império. O pedido chegou do Património Cultural, I.P. (PC, IP) no seguimento do solicitado, via e-mail, pela Museus e Monumentos de Portugal, EPE (MMP, EPE) na pessoa da Sr.ª Diretora do Museu dos Biscaínhos, apelando à preservação do património desta Ala, dado que **“...possui tetos e paredes pintadas, datadas do início do século XIX, num dos mais raros exemplares do País, do Período Império...”**.

A 21 de novembro, em reunião de obra, foi verificado o traçado possível tendo em consideração as preocupações de proteção patrimonial apresentadas pela Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E., tendo a aprovação chegado do Património Cultural, I.P., devidamente aprovado pelo Projetista em 28 de novembro, tendo a EE sido informada em 29/11/2024.

Embora reconheça que foram introduzidas dificuldades adicionais na execução da obra, é importante referir que em fase de concurso estava previsto a execução da obra com o Museu aberto ao público, tendo a Museus e Monumentos de Portugal, EPE, autorizado o encerramento do Museu em 04/08/2024, mantendo-o fechado desde então.

Esta medida trouxe óbvias vantagens para o empreiteiro pois, desta forma, todo o museu ficou disponível para a abertura de novas frentes de trabalho e também vantagens no que diz respeito à melhoria das condições de segurança nos locais a intervir.



Porém, a Entidade Executante nem sempre aproveitou essa situação, como verificado no mês de setembro, quando o número médio de trabalhadores em obra foi abaixo do previsto, mesmo após vários alertas da fiscalização.

Assim, atendendo ao exposto, sou de parecer que a execução da obra foi prejudicada, pelos diferentes motivos já mencionados, em 60 dias, período o qual deve ser entendível de enquadramento no n.º 1 do artigo 354.º do CCP.

Nestes termos, propõe-se que seja concedida a prorrogação de prazo, com duração de 60 dias, da responsabilidade do dono de obra, o que confere direito à reposição do equilíbrio financeiro com as despesas relacionadas com a manutenção do estaleiro. Os custos indiretos reclamados pela EE decorrentes da mobilização das equipas revelam-se totalmente desajustados e indocumentados.

O termo da empreitada, se esta prorrogação de 60 dias for deferida, estará previsto para o dia 28/02/2025.

Desta forma, e assumindo o preço unitário do artigo 1.1.2., referente à manutenção do estaleiro, no valor de 11.433,00 €, para o prazo de 270 dias, o preço diário da manutenção é de **42,34 €/dia** (11.433,00 € / 270 dias).

Assim, o valor da indemnização a pagar, para reposição do equilíbrio financeiro correspondente aos 60 dias de prorrogação, será de 2.540,40 € (60 dias x 42,34 €/dia).

Perante o atrás exposto, proponho que seja concedida 60 dias de prorrogação de prazo, e que o valor da reposição do equilíbrio financeiro a ressarcir a Entidade Executante seja de **2.540,40 €**, salvaguardando-se assim o prescrito no n.º 6 do artigo 282.º do CCP.

Deverá ainda a Entidade Executante submeter à nossa apreciação um novo Plano de Trabalhos devidamente adaptado ao prazo de prorrogação que lhe possa ser concedido.

À consideração superior.

O gestor do contrato,





Ao,
MUNICÍPIO DE BRAGA
Praça Municipal
4700-435 BRAGA

Registada C/AR
Correio eletrónico: geral@aof.pt

Braga, 09 de dezembro de 2024

Assunto: Contrato de Empreitada de Correção de Patologias e Promoção de Acessibilidades no Museu dos Biscainhos - Reposição do Equilíbrio Económico Financeiro do Contrato.

Exmos. Senhores,

AOF - AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA, LDA., na qualidade de Cocontratante no Contrato de Empreitada de Correção de Patologias e Promoção de Acessibilidades no Museu dos Biscainhos, vem, requerer a reposição do equilíbrio financeiro do contrato e, bem assim, a prorrogação do prazo de execução da empreitada, pelos fundamentos que de seguida se expõem.

No dia 15 de janeiro de 2024 foi assinado o Contrato de Empreitada de Correção de Patologias e Promoção de Acessibilidades no Museu dos Biscainhos.

Na sequência da assinatura do referido contrato, no dia 04 de abril de 2024, foi efetuada a consignação da obra.

Como é do conhecimento de todos os intervenientes em obra, verificou-se a necessidade de comunicar a suspensão dos trabalhos pois permaneciam as dúvidas, concretamente relacionados com trabalhos de colocação da plataforma elevatória. No dia 8 de novembro de 2024, recebemos a comunicação do dono de obra a aprovar a conclusão dos trabalhos conforme o projeto inicial.

Ademais, esta Cocontratante recebeu a 5 de novembro de 2024 a solicitação de alterações ao projeto devido a necessidade de realização de trabalhos complementares nas rampas de mobilidade reduzida, projetadas para o edifício, concretamente relacionados com trabalhos de intervenção nas rampas e consequentemente nas portas de vidro de acesso ao edifício.

Relativamente ao ITED a 21 de julho de 2024, segundo o plano de trabalhos, deveriam arrancar os trabalhos no edifício. Estes trabalhos arrancaram aquando da data prevista, no entanto, conforme discutido em diversas reuniões de obra, a execução daqueles trabalhos foi interrompida devido a indecisões relativas à manutenção do valor patrimonial do edifício após a entrega da empreitada ao dono de obra. Nesse sentido, foi solicitada a reorganização da passagem da tubagem de wifi e CCTV





o que, não pondo em causa o projeto nem a quantidade de material adjudicado, a circunstância de o novo traçado apenas ter sido comunicada em 29 de novembro de 2024 afetou a execução da empreitada.

A execução dos referidos trabalhos tem gerado impactos relevantes nos rendimentos de execução dos trabalhos, considerando que se encontram no caminho crítico de execução.

Nesse sentido, atualmente, além dos impactos na execução suscitados pelo conhecimento da necessidade de execução daqueles trabalhos de suprimento de erros e omissões, existem impactos futuros relacionados com os referidos trabalhos que inviabilizam a execução da empreitada nos termos previstos.

Ora, atendendo ao exposto e estando em causa factos não imputáveis ao Empreiteiro que acarretam uma maior onerosidade na execução dos trabalhos, com agravamento dos encargos respetivos, esta Sociedade tem o direito à reposição do equilíbrio económico financeiro do contrato de empreitada na modalidade de pagamento de sobrecustos pelo Dono da Obra e, cumulativamente, de prorrogação do prazo de conclusão dos trabalhos da Empreitada.

Assim, assiste à AOF o direito a ver reposto o equilíbrio económico financeiro do contrato de empreitada, que se materializa nos seguintes termos:

- a. Sobrecustos:
 - i. Estaleiro: 42,34 €/dia;
 - ii. Agravamento das condições de execuções (decorrentes da remobilização das equipas): 2530,00 €.
- b. Prorrogação do prazo: 90 dias.

Por tudo quanto exposto, requer-se a reposição do equilíbrio financeiro do contrato, sem prejuízo do ajustamento do pedido de reposição em consequência de afetações na execução destes e de outros trabalhos da empreitada.

Com os melhores cumprimentos,

A Gerência,



A GERÊNCIA
NIF 500 589 593
ALVARÁ 1827



RECIBO

REGISTO DE ENTRADA		
LOCAL	NÚMERO DE REGISTO	DATA E HORA
Registo Central	2024-E-RC-8020	13/12/2024 11:08
RESUMO		
Contrato de Empreitada de Correção de Patologias e Promoção de Acessibilidades no Museu dos Biscainhos - Reposição do Equilíbrio Económico Financeiro do Contrato.		
TERCEIRO	N.º DE IDENTIFICAÇÃO	NOME
Requerente /Interessado	500589593	AOF - AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA, LDA.

DOCUMENTOS
NOME DO FICHEIRO: FW Contrato de Empreitada de Correção de Patologias e Promoção de Acessibilidades no Museu dos Biscainhos - Reposição do Equilíbrio Económico Financeiro do Contrato..msg
TIPO DE DOCUMENTO: Outros
VALIDADE: Cópia simples
CSV:
HASH: a11c334757ab17db90428cd6653fa49b09614632

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

